

MESA III – COMO IMAGINAR UMA SOCIEDADE PARA ALÉM DO CAPITAL? CONSTRUINDO ALTERNATIVAS

Amantino Sebastião de Beija – Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

Boa noite a todos, aos companheiros da mesa e também agradeço ao professor Jorge [Montenegro] por me convidar para participar da Jornada do Trabalho. E já de antemão quero dizer que a gente está aqui, até um pouco emocionado. Porque, apesar de a gente fazer parte de um movimento novo – surgiu há cerca de 5 a 6 anos –, agora que houve a organização dos faxinalenses, a gente se sente honrado pelo convite e até um pouco constrangido por não ter curso superior, por que essas palavras vão se esticando para outros companheiros, mas vou procurar aqui relatar então um pouco da luta e do que é o faxinal. Para muitos companheiros que durante os intervalos da Jornada ficavam questionando o que é esse tal do faxinal.

Então, para nós o faxinal é o território onde cada um, é lógico, é dono do seu terreno, do seu pedaço de chão, mas nós temos como traço marcante o uso comum da terra. Esse uso comum da terra é para reprodução animal. Lá a pessoa, por menor que seja o seu pedaço de chão, pode ter as criações que forem possíveis e também há – conforme eu defendo até mesmo na minha fala da carta de defesa social – o que prevalece bastante é a solidariedade. Cada companheiro procura ajudar o outro, há também os mutirões que é a turma em manada, até mesmo nas lavouras e para manutenção das cercas do perímetro do faxinal, onde se divide o faxinal e a lavoura existem as cercas. É preciso que estas cercas sejam bem mantidas para que as criações não causem danos nas lavouras.

A gente realiza uma grande parceria com os companheiros da Geografia da Universidade Federal do Paraná, e quero agradecer a eles. Recentemente, no mês de março lançou-se a nossa cartografia que retrata faxinais aqui do grupo antigo em Pirituba que é Região Metropolitana de Curitiba. Para nós faxinalenses, a nova cartografia social é importante porque conforme foi debatido pelo professor Thomaz Junior é a importância real da pesquisa. Muitos pesquisadores vão lá e pesquisam não somente o perímetro, o espaço do faxinal, mas infelizmente também o raciocínio do sujeito levando as informações embora.

Mas a Nova Cartografia Social retrata especificamente, o sujeito faxinalense, o nosso palavreado – um pouco meio caipira –, mas conforme a gente fala assim se coloca. Muitas palavras até saem em português errado, mas os auxiliares optaram em não fazer essa correção para realmente colocar o modo faxinalense.

Também relacionado à educação a gente tem alguns projetos, tínhamos uma conversa com o professor William [Simões] e infelizmente ele saiu da SEED [Secretaria de Estado de Educação], e a gente não sabe também como vai ficar o relacionamento com a Secretaria.

Agora recentemente a gente teve o 4º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses na qual houve uma oficina para a juventude faxinalense que se tratou um pouco dos conflitos. Até mesmo o professor Jorge [Fávaro] que é conhecido como veterinário, falou que mencionasse sobre os conflitos dos nossos faxinais que estão na Região Metropolitana de Curitiba.

Por nós estarmos bem próximos da cidade há o problema dos fazendeiros que compram os pequenos pedaços de terra. Nós não temos uma grande fonte de renda que possa comprar esses terrenos. Eles já cercam a área total dos terrenos e com isso vai diminuindo o espaço. E, também nós não temos a monocultura de soja, eucaliptos, que vai contra o modo de vida dos faxinalenses, e até mesmo tornando espaço insustentável.

Com relação à lei, em 1997 foi instituído o Decreto Estadual Nº 3.446 que significa para os faxinalenses uma área de uso regulamentado, é o ARESUR [Áreas Especiais de Uso Regulamentado]. O Decreto foi criado pelo próprio governador daquela época a partir da organização do movimento. A gente teve novas demandas de ARESUR desde 2008 até 2010 para que os faxinais fossem cadastrados como ARESUR e depois da assinatura do governo passado a gente poderia comemorar este cadastro.

Espero que a partir deste ano de 2012 a gente comece a receber esta verba do ICMS ecológico que é repassada pelo município. Assim o Município é responsável em aplicar na Comunidade. Mas infelizmente o poder público local é contrário ao sistema faxinal. Vemos isso nas famílias que vivem pressionadas.

Em 5 de janeiro saiu uma publicação no Diário Oficial de que nossos faxinais já estavam cadastrados. Mas em abril saiu outra publicação dizendo que o cadastramento tinha sido revogado por causa do Prefeito [de Mandirituba] e dos que são contra. Muita gente lutou, correu atrás da documentação e os companheiros mais estudados tiveram a oportunidade de ler. São confusões nas informações entre o Prefeito [de Mandirituba] e a Secretaria do Meio Ambiente. Desde julho temos a demanda de uma audiência com o secretário do meio ambiente pra gente colocar toda essa situação para que seja solucionada. Para que se encontre uma medida que venha a reconsiderar novamente a ARESUR e que a gente possa aplicar bem a verba, seja qual for, e assim desenvolver a comunidade. Nosso caso é também com a EMATER [Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural], a Secretaria da Agricultura e o próprio Sindicato dos Trabalhadores rurais que luta contra os faxinalenses.

O presidente do Sindicato fazendo uso de uma rádio comunitária, que é para o bem da comunidade, teve a capacidade de criticar-nos falando que o faxinal é coisa do passado e um atraso de vida. Não se limitando a isso, ele fez ameaças aos líderes das comunidades. A gente fica bastante triste porque dos municípios que já estão cadastrados, tem municípios com quatro ou cinco faxinais que chegam a receber até 300 mil por ano. No nosso caso, o Prefeito rejeitou essa verba e está lutando com todas as forças, inclusive querendo levar um aterro sanitário para Mandirituba, que nós consideramos que é um lixão, já que vai atender toda a Região Metropolitana de Curitiba, ou seja, cerca de 3 mil toneladas por dia de lixo. Mas com isso, segundo nos informaram, não precisa prestar contas então pra ele é bem mais lucrativo do que o ICMS ecológico.

Tem um companheiro faxinalense que era funcionário público. Ele começou a mobilizar a comunidade e, conseqüentemente, a sofrer perseguição pelo Prefeito e foi exonerado do cargo. Ele entrou na justiça e obteve a vitória de ser reintegrado. Por isso eu fiquei no seu lugar, representando o grupo na Articulação dos Povos Faxinalenses.

Então, falando em nome da Articulação, esta surgiu em 2005 quando fizemos o 1º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses. Hoje nós estamos já em seis grupos em vários municípios. Após 2005, a gente entrou numa luta travada para que o próprio governo abraçasse mais a causa faxinalense. Não criticando os irmãos quilombolas e indígenas, mas quando se falava em povos tradicionais eram só eles considerados, então a gente sempre lutou para que também tivéssemos esse reconhecimento. Em 2007 tivemos a conquista da Portaria Estadual Nº 15.673, que reconhece os faxinais e os faxinalenses, a sua territorialidade. O próprio Estado através do IAP, que é o Instituto Ambiental do Paraná, conseguiu mapear quarenta e quatro faxinais. Na própria fala do agente do IAP, afirma que eram muitos mais e que estavam diminuindo. Conforme a companheira falou: iam se extinguir e iam acabar, mas então iniciou a organização da Articulação sem recursos, contando com entidades e apoio.

Sem recursos, foi feito então o mapeamento e conseguimos mapear 227 faxinais no Paraná, mas tem regiões que não foram ainda alcançadas. Uma dificuldade é que quando a gente vai falar com alguns secretários, eles querem direcionar a forma de organização da Articulação dos Povos Faxinalenses. Agora eles querem que a gente chegue lá e apresente todo um projeto para conseguir recursos.

A partir da mobilização dos faxinalenses teve também outros segmentos como os quilombolas, os indígenas, os pescadores artesanais que se uniram com os irmãos faxinalenses à Articulação dos Povos Faxinalenses e assim foi formada a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. Dessa própria Rede representando os faxinalenses temos

dois companheiros, sempre articulando no Tribunal Supremo e que fazem parte da Comissão Nacional dos Povos de Comunidades Tradicionais.

Também nós estamos discutindo no Estado do Paraná um Projeto de Lei sobre a criação de uma política pública específica para as comunidades tradicionais. Uns dias atrás teve um seminário onde o representante do governo só faltou dar uma caixa de foguete para a gente soltar comemorando. Mas há 15 dias era para ter acontecido uma reunião novamente e já passou do prazo, no começo deste mês era para ter outra e já passou... A fala deles é bonitinha, toda enfeitadinha... mas na prática, infelizmente nada acontece. Também por demanda da Articulação foi formada uma frente parlamentar assinada por quatorze deputados comprometendo-se a ajudar à Articulação, mas também não funcionou.

Com relação às alternativas, os faxinais variam conforme a região, mas ainda existe um grande percentual que vive da erva mate e do pinhão. Lá em Guarapuava teve companheiros que nessa safra conseguiram 6 mil reais da erva mate e 8 mil reais do pinhão. Também na região chegou uma madeireira e daí em diante foi acabando com os pinheirais que existiam.

Está passando pela plateia um livrinho que tem por título: “Faxinalenses em movimento, experiência de gestão e sustentabilidade em faxinais”, que tem várias práticas que mostram um método ao qual chegaram a desenvolver os companheiros da Articulação... Muita gente duvida mais eles conseguem enganar as criações [os animais] para não comerem a erva mate que sobressai pela mata nativa. Existe na região do Turvo o sistema agroflorestal. A gente intercala plantas medicinais e outras árvores frutíferas entre a mata nativa, e as criações aproveitam as árvores frutíferas que existem no faxinal. Também como alternativa a gente tem a prática tradicional do uso de plantas medicinais. O professor Jorge [Fávaro] (veterinário) esteve lá no nosso faxinal e participou de uma oficina de troca de experiências. Apesar de ser uma prática tradicional, a vigilância sanitária não considera isso. Para terem uma ideia do que acontece, vou contar. Na cidade de Mandirituba tem uma Casa agropecuária onde estavam coletando assinaturas contra o sistema faxinal. Eu por ser uma das lideranças não tinha como chegar lá e investigar. Pedi então para outro companheiro que desse jeito de chegar lá e conversasse com o proprietário. Daí o proprietário chegou ao ponto de dizer que eles estavam coletando assinaturas para não prosseguirmos com a organização e não conseguir cadastrar o faxinal. Assim ele teria mais poder, porque se houvesse uso de plantas medicinais ele não poderia mais nos vender remédios. Era essa a causa deles estarem coletando assinaturas contra o sistema faxinal.

Quando acontecem seminários, ou conversamos com secretários do Estado, nos questionam sobre a nossa renda. Nós temos maior renda do que fora do perímetro faxinal.

Porque neste sistema a gente planta o milho, pode ter as criações e no caso o fogão caipira – que é muito falado até na cidade. Tem também a criação de porcos que dá para aproveitar a carne, a banha... então esses produtos já não precisamos estar buscando no mercado. Mas, isso eles não consideram como melhoria de renda, de certo é devastar o faxinal e plantar soja para exportar.

E, procurando já fechar a minha fala, no primeiro dia foi mencionado também sobre a soberania alimentar até comentaram sobre o termo, mas para nós a soberania alimentar é a gente poder usufruir da própria produção que a gente tem.

Já falei da questão da vigilância sanitária, mas... outro exemplo. Tem um companheiro que fazia embutidos, que além de servir para a família dele se alimentar, vendia para a vizinhança. A vigilância sanitária simplesmente chegou lá, falou para ele parar de fazer os embutidos e ameaçaram de jogar tudo fora se o encontrassem novamente fazendo-os. Então fechando, a gente poder usufruir daquilo que a gente tem relacionado com a natureza e relacionado também com as criações. Mas não há por parte do poder público ou da Prefeitura ou da Secretaria da Agricultura um incentivo senão um embate. Nisso se coloca o Decreto Estadual 8.169.

Os artigos 215 e 216 amparam as comunidades tradicionais, mas infelizmente a gente ainda tem que começar a bater em ferro frio para que o nosso direito seja respeitado. No caso das lideranças assassinadas, passaram anos e infelizmente não há solução. Eu quero agradecer pela oportunidade e também pedir desculpas se a gente tropeça em alguma palavra, eu procurei assim me acalmar um pouco, mas não sai 100%. Obrigado!

Maria Izabel Grein – Coordenadora da educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Boa noite a todos e a todas e aos companheiros da mesa.

Quando me convidaram para vir pra cá eu disse: o que eu vou fazer lá? Eu não sou uma intelectual da universidade, da academia. Eu me sinto uma militante social, que há mais de 30 anos esta aí na jornada ajudando a construir, acreditando que é possível um mundo diferente. Eu devolvi para a coordenação dizendo: “olha, eu só vou se for nessa condição de falar a partir do espaço que eu vivo porque eu me sinto muito estranha no meio acadêmico, porque o meu dia a dia, em toda minha vida, é no acampamento, assentamento, ajudando a construir e tentando trabalhar junto com os sem-terra, uma outra possibilidade de vida.”

O movimento sem terra não surge porque os sem-terra querem se organizar simplesmente, mas porque o capital gerou um número tão grande de sem terra no final da ditadura militar que possibilitou que eles se reconhecessem como seres sociais, com direito, e se organizassem no movimento social. E isso que dá esperança pra gente. Porque apesar da hegemonia do capital, ele não é tão hegemônico assim, ele gera contradições que forçam os povos que são excluídos a se organizarem e buscarem saída para sua sobrevivência. Isso o que o Horácio dizia: o povo, esse volume de camponeses que está aí (que se diz que é uma minoria), eles estão aí e querem continuar vivendo; se obrigam a se organizar e a buscar saída para os problemas e para a vida. Isso foi o que aconteceu no final dos anos 70, dando o surgimento ao movimento sem terra. Foi o avanço do capital no campo, gerado pelo modo de produção imposto pelo capital nesse momento e que vem se consolidando cada vez mais até os dias de hoje - que é este campo do agronegócio, da monocultura, do veneno e da grande máquina e que também esse modelo vai se introjetando no meio da consciência da classe trabalhadora do campo e dos camponeses. Mas no final dos anos 70 são milhares de sem terra que têm que se reunir e que são chamados a se organizar pelos movimentos do campo que havia neste momento. E o movimento sem terra nasce com três grandes objetivos, os quais são trazidos até hoje, e que são a força que move o movimento, que é a luta pela terra a luta pela reforma agrária e por uma sociedade sem exploração. Pelo socialismo, nós lutamos!

Por quê? Porque nós entendemos, desde o início do movimento, que só lutar pela terra não resolveria nossos problemas e nem só lutar pela reforma agrária, mas era preciso ter mudanças profundas na sociedade, para que os camponeses pudessem permanecer no campo. E, ao mesmo tempo em que têm esses objetivos, ele luta, usa princípios organizativos diferentes dos que o capital apresenta. Em contraposição ao domínio de um só, ao presidencialismo presente

em tudo, o movimento toma como princípio organizativo a direção coletiva. Acho que esse é um dos elementos que têm contribuído, e muito, para que o movimento possa continuar existindo como movimento sem terra. Não é uma pessoa, mas decisões. São decisões demoradas, difíceis, porque nós temos que chegar num consenso e o consenso nem sempre é fácil de chegar. Exercer a direção coletiva não é uma coisa fácil e simples, então o movimento assumiu esses princípios organizativos e desde aí, a direção coletiva, o planejamento, a avaliação, o estudo, como uma necessidade dos camponeses, desde o início. A disciplina consciente diz que essa direção coletiva tem que estar em vínculo permanentemente com as massas e com sua base.

Então, mesmo que uma direção pense que , que vai se consolidando, que ela pode direcionar, a base sempre vai se organizando e buscando questionar se vão aparecendo alguns elementos que constituem um dirigente muito centralizador.

E já neste primeiro momento do movimento, vai se percebendo que a terra não é suficiente, e que aos sem terra não só foi negada a terra, mas todos os direitos de cidadania. E, por isso, que, desde o primeiro momento da organização do movimento, se buscou o direito à educação.

Como o movimento é um movimento de famílias, a família vem toda para o acampamento. Embora hoje nós já tenhamos uma realidade um pouco diferente neste outro momento que a gente está vivendo, ainda são famílias que vêm; e vem o pai, a mãe, os filhos e é preciso de escola, também para os adultos no campo, já que a maioria das pessoas analfabetas no Brasil está no campo. Então nós, sem terra, temos um número muito grande de pessoas que não sabem ler e escrever, apesar de todos os esforços feitos até hoje de alfabetização dentro dos assentamentos e acampamentos.

E a escolarização então nem se fala. Desde o início do movimento, quando começamos a nos organizar, se a gente perguntasse numa sala como essa - se estivessem todas as cadeiras lotadas - quantos têm o primeiro grau completo, já era uma minoria que levantava a mão. E se perguntasse quantos têm o ensino médio, dois; quando dois levantavam a mão a gente já se sentia feliz. Hoje já temos uma realidade um pouco diferente, mas ainda temos problemas, porque a educação no Brasil, todo mundo sabe como é que está. Mesmo tendo ensino médio as pessoas não sabem pensar.

Então, a luta pela educação foi uma necessidade que foi sendo trabalhada dentro do movimento, desde o início, e nós entendemos que temos direito à educação pública, gratuita e de qualidade pra todos. E esta universalização da educação, ela é também uma forma do capital nos dominar, porque ela é mentirosa, não é real. A única realidade é que hoje todos têm que estar na escola. Quando lá nos anos 70 e início dos anos 80, tivemos os primeiros acampamentos, as

crianças não tinham o direito de ir à escola. Hoje, elas são obrigadas. Se os pais não põem as crianças na escola, o Conselho Tutelar vem e obriga-os a colocar. Quando nós saíamos nas nossas marchas pelo Rio Grande do Sul, as marchas eram interdidas porque tinham as crianças, pois as crianças eram obrigadas a ir à escola. Mas essa escola ensina o quê? E para quê? E leva a quê?

E nós começamos aí, nos anos 90, e a partir de 1997, a luta pela educação no campo. Nós queremos uma educação **do** campo e **para** o campo e **no** campo. Porque também é o período que as poucas escolas que ainda haviam no campo foram tiradas de lá, o transporte escolar levou as crianças para a cidade, criando outro tipo de êxodo rural. Não mais este que aparece na mídia, o povo saindo do campo, mas a juventude indo para a escola na cidade e não voltando mais.

Então, a partir deste momento, nós começamos toda uma discussão, um debate e um trabalho interno pra que tivéssemos as escolas onde as pessoas e as famílias vivem. Mas que não seja em qualquer escola, qualquer educação e que não seja qualquer educador que esteja lá. Essa é uma luta que nós estamos, neste momento, aqui no Paraná. Nós tivemos aí nos últimos 8 anos algum avanço e isso nos ajudou a entender a escola; nós conseguimos as conquistas das escolas itinerantes. Nós, como movimento social, nunca tínhamos entrado numa escola. Com as escolas itinerantes nós entramos nela e descobrimos que a máquina de “moer carne” é essa tal de instituição chamada “escola”, esta mesma que nós a colocamos dentro de nossos espaços e demos uma autoridade a ela para nos ensinar.

E aí nós entendemos que nós tínhamos que entrar por dentro desta escola para revolucionar por dentro, se é que é possível. E nós acreditamos que é possível entrar e mexer nela, mas só se nós tivermos uma comunidade consciente, que sabe o que é essa escola e o que ela é capaz. Que ela é capaz de nos destruir como trabalhadores, como classe trabalhadora, como ela pode também ajudar a construir uma alternativa.

E isso está exigindo de nós um esforço - e graças que temos muita gente contribuindo nesse sentido - para construir esta escola diferente dentro do assentamento.

A partir da escola itinerante que nós construímos dentro dos acampamentos, nós fomos descobrindo também que elementos são construtores do ser humano aí dentro do acampamento e porque essa escola pública que a gente tem aí, a escola do capital, não ensina mais hoje. As nossas crianças, o que acontecia com nossas crianças? As nossas crianças eram rejeitadas e ainda são quando elas vão às escolas fora, porque elas chegam suadas, chegam empoeiradas, frequentam cem dias, o ano letivo delas é cem dias por ano, não dá mais do que isso, por causa das chuvas, das estradas, por causa do transporte coletivo. E nós fomos percebendo que a escola

itinerante, mesmo com educadores não qualificados pedagogicamente, tinha avanços, porque quando as crianças iam nesta escola, elas estavam em casa.

Quando nós iniciamos as escolas itinerantes aqui no Paraná, a gente estava acompanhando o processo de implantação nos acampamentos, num acampamento lá de Cascavel, foi um dos primeiros que nós implantamos a escola. E depois, quando a escola começou a funcionar, eu cheguei à escola acompanhando o processo e uma senhora chegou, uma mãe e disse: “Olha, hoje eu vim aqui para agradecer vocês, porque a minha filha estava há três anos na escola e estava em classe especial, porque diziam que ela não tinha capacidade de conseguir aprender. E agora eu a pus aqui na escola do acampamento e faz três meses que ela já está lendo. Eu vim agradecer por que descobri que minha filha não é excepcional, ela não é uma criança sem capacidade de aprendizagem”.

E nós ficamos olhando. Mas o que aconteceu com esta criança? Ela estava lá numa escola que a excluía e agora ela vem numa escola que a acolhe e com educadores que querem que ela compreenda a vida que ela vive e ajudam a entender o mundo que ela está vivendo e o porquê dela estar vivendo neste mundo, nesta realidade, nessas condições de acampamento. Por que os pais dela estão acampados? Por que os pais dela ocuparam a terra? Por que ela está aí? E ela se liberta para poder apreender, para poder aprender a ler, aprender a escrever.

E isso são alguns exemplos que a gente foi trazendo e foi trabalhando a partir da escola itinerante.

Faz uns dois anos que nós estamos agora trabalhando com as escolas dos campos e entendendo as escolas dos assentamentos. Em 2000 nós tínhamos, acho que quatro escolas de ensino médio em assentamento. Hoje nós temos vinte escolas de ensino médio nos assentamentos. Isso foi um avanço muito grande, da implantação de escolas. Agora nós começamos a ir mais de perto e entender essa escola e tentar discutir com o Estado que escola que nos serve.

Chegando nesses espaços o que nós encontramos? Nós temos 16 escolas. Eu estou falando do Paraná, eu não estou falando do Brasil (falar do Brasil e do Nordeste é outra realidade muito mais dolorosa). O que nós encontramos aí nesses espaços das escolas? Os professores que são contratados, todos PSS [Processo Seletivo Simplificado, regime de contrato temporário], são trocados anualmente da escola. Então, como é que as crianças vão aprender se o professor não forma um corpo de educadores dentro de uma escola, lá no campo? É, por último, os professores vão pra lá porque não têm outro lugar para ir, é a última opção porque eles não conseguiram aula em outra escola,. E as estruturas das escolas são de “chorar em alemão”.

Porque ainda são as casas antigas das fazendas que foram reformadas que estão lá e que se está dando aula dentro delas. Não tem laboratório de ciências, a maioria não tem laboratório de informática. Pessoal, eu também não queria estudar numa escola desta, eu queria uma escola diferente.

E começamos a chamar os diretores... E daí que a gente vai vendo. Por isso que eu acredito que é possível um mundo diferente. E por que eu estou colocando isto?

Por que daí nós começamos a chamar os diretores destas escolas, no final do ano passado e no início deste ano. Está aqui o meu companheiro que não me deixa mentir. Começamos a chamar os diretores dessas escolas por fora da Secretaria da Educação. Hoje estamos chamando por fora porque não temos espaços dentro da Secretaria da Educação para isso. E eles vêm para as reuniões e começamos a discutir as problemáticas das estruturas das escolas. Primeira coisa: que minimamente nós temos que ter um ambiente de educação, um espaço onde se possa fazer educação.

Nós fazemos, nós temos claro para nós, na perspectiva de Paulo Freire, que, para educar, para fazer escolas, nós podemos fazer embaixo de uma árvore, em qualquer lugar, embaixo de uma lona (e fazemos em época de acampamento), mas isso não pode ser uma situação permanente, isso não pode ser num assentamento. Também entendemos que as aulas não podem funcionar só dentro da sala de aula; temos que ter uma escola boa, bonita e com todas as condições, mas as aulas não podem ser só dentro da sala de aula. Ela tem que funcionar onde as pessoas estão, onde elas vivem, como elas vivem, a partir do trabalho e da vida, da produção da vida daquele espaço. Então nós começamos a reunir os diretores e estamos surpreendidos. Porque nós pensávamos que iríamos chamar eles e eles não viriam, vão vir dois ou três. Na semana passada nós fomos a dois locais reunir os diretores das escolas e vieram todos, até aqueles que, lá no assentamento, não se dão com a perspectiva do movimento. Estão lá cuidando da escola, mas eles não discutem lá com o pessoal do local. Nós chamamos uma reunião e eles vieram e, quando nós colocamos a proposta da educação do movimento, colocamos a proposta de luta que nós queremos fazer em conjunto. Eles disseram: “Não, é isso mesmo, nós também queremos isto. Nós queremos construir isto aqui”.

Chamamos a comunidade e a comunidade veio então isto mostra pra nós que é possível fazer diferente. É possível fazer a escola diferente, mesmo essa escola pública que está aí, com os danos e os dilemas que ela tem. Se nós conseguirmos trazer a comunidade pra dentro dela, então nós precisamos discutir com a comunidade, que escola está aí, qual é a escola do capital e qual é a escola que interessa a classe trabalhadora. E esse debate nós estamos dispostos a fazer dentro do movimento. É difícil, é uma tarefa muito difícil, mas nós acreditamos que é possível fazer isto.

Então, neste processo, não chamamos só eles para discutir, mas os diretores das escolas. Começamos por aquilo que é oficial dentro da escola, pra ver se nós conseguimos, porque o Mészáros disse que nós temos que mexer naquilo que o capital não pode tirar de nós, porque o capital concede reformas para nós, mas reformas que amanhã ele pode trazer de volta.

O que nós descobrimos indo para as escolas, indo para dentro dos assentamentos e estando lá presentes? Nós criamos as 20 escolas, mas, se não tem estrutura, é coisa mais fácil pôr um ônibus bonito lá e dizer para a juventude: “Vocês não querem ir? Olha, a escola da cidade é aquela lá, bonita. Vocês não querem ir pra lá? Vamos melhorar a estrada e olha aqui o ônibus para vocês irem”. Vai todo mundo. Então tiram a nossa escola, não precisamos “nem piscar”. Agora, se nós garantirmos lá dentro do assentamento uma estrutura boa, bonita, com professorado consciente... E aqui nós precisamos do apoio da sociedade também.

Na área da lotação dos professores, nós estamos com uma proposta; nós jogamos a proposta agora neste governo e eles encamparam no discurso, assim, no linguajar bonito, [grande], eles encamparam. Nós jogamos o seguinte: nós queremos os professores lotados na escola, mesmo que sejam PSS, mas eles vão pegar todas as aulas na nossa escola. Se escola é por 20 horas semanais, ele vai pegar 20 horas nessa escola e vai ficar 20 horas nesta escola, porque nós vamos dar formação para este professor. Esse professor vai trabalhar lá nessa escola as 20 horas, ele não vai ficar no transporte. Porque nós temos professores que fazem 65 km de transporte por dia, de uma escola a outra, dando aula. Ele dá duas aulas, aí ele já está olhando no relógio, porque está chegando a condução que vai levar ele para outra escola e dá aula em três escolas, uma longe da outra. Que aula este professor vai dar?

O nosso debate e a nossa discussão lá nessas escolas é para que, realmente, o professor permaneça pelo menos por dois anos, mesmo ele sendo PSS e que a Secretaria da Educação garanta que o professor possa ficar por 20 horas e por 40 horas nas escolas por dois anos, pelo menos. Mas que, com o tempo, nós vamos lutando por professores locais e formando professores locais. Daí nós temos toda uma luta na formação dos professores, nas universidades, dentro da educação no campo, tanto nas licenciaturas - que nós temos sérias questões aí que precisamos melhorar -, quanto na pedagogia e os outros cursos que formam os professores para atuar nas escolas.

Mas, ao mesmo tempo, esse esforço, nós trabalhamos na política pública, e também na organização da comunidade. O movimento vem desde o início lutando pra quê? Para que as comunidades se organizem de forma que elevem a consciência. Já o velho Marx dizia lá, que elevar a consciência, a consciência social, é fruto da convivência social e das experiências de convivência, de trabalho e de luta social que as pessoas fazem.

E aí o nosso esforço também de que nos assentamentos haja organizações sociais. E isso não é coisa fácil, porque o capitalismo introjetou na cabeça do camponês que é para ele viver sozinho, produzindo monocultura, com veneno, com semente transgênica e é isso que está na cabeça dele, muitas vezes quando vem para o acampamento. Ele não pensa em ser um produtor de alimento. Na cabeça dele está introjetado que ele vai produzir uma monocultura e vender, ter ganhos monetários e aí comprar o que ele precisa. Isso está colocado, a sociedade coloca todo dia para ele e essa visão nós temos que trabalhar também para ir mudando de consciência. Isto não é uma coisa fácil e nós temos que ter uma consciência coletiva. E consciência coletiva não se constrói fácil numa sociedade que todos os dias está te dizendo que não é isso.

Nós somos um e tem dez agentes sociais que entram no assentamento e dizem outra coisa. Que entram e que as famílias vão. O camponês vai comprar a semente e a informação que eles recebem é “não, compra esta semente transgênica aqui que é melhor, vai produzir mais”. E vem o veneno junto, vem todo o pacote e ele não pode trabalhar; ele não vai trabalhar porque é a máquina que vai trabalhar e aí chega no final da safra e não sobra nada. Em poucos anos ele tem que entregar a terra.

Então é esta a realidade que nós estamos vivendo hoje e é isso que o companheiro Horácio questionava. É uma luta que a gente precisa ter utopia, sem utopia nós não avançamos, não conseguimos. Tem que acreditar. É aquilo o que o velho Paulo Freire dizia: a gente precisa acreditar na possibilidade de mudança que as pessoas são capazes de fazer coletivamente em todos os sentidos e em todos os campos. E o grande desafio que nós temos hoje é construir a reforma agrária popular, porque a reforma do capital já não tem mais necessidade. O capital não precisa mais de reforma agrária, ele já resolveu o seu problema, mas nós camponeses precisamos da reforma agrária, sem a reforma agrária nós não vamos fazer, não podemos continuar sendo camponês. E isso é um impasse que nós vivemos hoje. Obrigada.

Horacio Martins de Carvalho

Boa noite a todas e a todos.

O tema que me foi sugerido para esta exposição me deixou bastante preocupado. Isso levando em conta que eu já estou há um tempo considerável apoiando a luta social e ainda permaneço cheio de dúvidas. Mesmo que eu esteja junto ou ao lado de vários movimentos sociais populares e participando de várias iniciativas de luta política e ideológica o pensar uma sociedade para além do capital é exigir de mim, talvez, algo para além de eu mesmo.

O eixo da minha exposição, então, será o de oferecer elementos que contribuam para o entendimento, por parte dos companheiros e companheiras aqui presentes e a partir da pauta que vocês têm trabalhado nestes dias, da preocupação que está envolvendo os movimentos sociais populares do Brasil sobre a construção de uma contra-hegemonia à concepção e prática de mundo dominante.

Tenho percebido, ademais, que algumas idéias e concepções dominantes estão nos envolvendo política e ideologicamente, devagar e continuamente, isso porque não se está conseguindo encontrar solução para alguns dos nossos problemas teórico-práticos fundamentais.

Irei, portanto, abordar a subjetividade e a insurreição dos saberes no âmbito das idéias sobre como imaginar uma sociedade para além do capital. Mas farei isso problematizando a nós mesmos e abrindo alguns caminhos que eu suponho irão nos ajudar nessa questão.

Então, a questão primeira que eu proponho para reflexão é por que imaginar algo diferente e para além do capital? Eu suponho que é porque o que está presente nesta sociedade em que vivemos é insustentável, nos incomoda e não apresenta qualquer perspectiva de facilitar a realização da felicidade humana e a harmonia dos homens com a natureza.

Desejo, ademais, prosseguir na minha exposição com uma negação que é a de rejeitar um mundo que eu considero equivocado¹, que sinto ser negativo e que necessita ser superado: um mundo determinado pelo modo de produção capitalista. E afirmar que as verdades da concepção dominante são verdades de um mundo falso, de um mundo ao avesso.

Isso porque eu me recuso a aceitar (e estou afirmando para poder assumir a responsabilidade das idéias que exponho) a inevitabilidade da desigualdade social, racial e étnica; da miséria, da exploração, da violência crescente; do paternalismo, do machismo e da violação da natureza.

¹ Ver Holloway, John (2003). Mudar o mundo sem tomar o poder. O significado da revolução hoje. São Paulo, Viramundo.

A subjetividade neoliberal hoje hegemônica subordina a concepção geral de sociedade ao mercado. Faz da história humana a história da concorrência entre as pessoas. Torna a sociedade uma máquina de produzir e consumir, e transforma o cidadão político num neosujeito consumidor.

A concepção de mundo dominante enseja nos tornar cativos da dialética da hipocrisia liberal a qual pretende que a libertação desejada é aquela da ação do capital e não a das pessoas perante o capital. Uma suposta libertação que trás em si os princípios da acumulação capitalista e da desigualdade social. Eu diria, antecipando algo sobre o qual falarei adiante, que é uma hipocrisia social aquela que nos conduz ao mal viver e não ao ‘bem viver’² como sugerem os povos originários andinos.

A idolatria do mercado presente na concepção liberal omite que esse mercado é uma realidade construída que requer a intervenção do Estado. Que Estado? Um Estado como sistema de direito específico que deve garantir um primado absoluto do direito privado sobre o direito político coletivo. É o Estado liberal burguês onde ele próprio acaba cativo dessa concepção de sociedade e é submetido à norma da concorrência segundo o ideal de uma sociedade de direito privado. O público, a esfera pública, é privatizado e o coletivo, individualizado. O ideal burguês é uma sociedade de indivíduos onde cada um encerra a sua própria subjetividade.

Somos intimados a viver sob a ética do individualismo, da competição, do mercado, da acumulação do capital. E induzidos a efetuar cotidianamente uma suposta escolha infinita e ilimitada de bens. Daí o sujeito consumidor cuja liberdade se refere às escolhas nos mercados.

O modelo de crescimento dominante provoca desequilíbrios sociais e ambientais incomensuráveis. Na raiz dessa desarmonia está a visão linear da história que considera a natureza como constituída de elementos separados e impõe uma visão antropocêntrica e utilitarista de desenvolvimento. Nega ou despreza a percepção holística da vida. Marx já afirmava que foi o capitalismo que provocou essa separação entre o homem e a natureza. A natureza se transforma em puro objeto para o homem. Uma simples coisa com sua utilidade, e mercadoria.

Tudo é substituído pela sua razão empresarial e pelo mercado, inclusive a utopia. Como consequência se cultua o saber permitido. Resta aí uma certeza: o modo de produção capitalista

² Os povos indígenas ou os povos originários latinoamericanos nos surpreendem ao proporem para todo o mundo sua noção de “Bem Viver” (Sumak Kawsay no Equador; Suma Qamaña, na Bolívia). E outras noções como do Estado Plurinacional e Multicultural, numa busca para a Interculturalidade. Um Estado plurinacional e anti colonial e portador de uma utopia emancipatória.

não se reproduz no sentido de reconstruir um mundo mais harmônico e de estabelecer as bases para a felicidade humana.

Quem sabe estamos vivenciando não apenas uma crise econômico-financeira, mas uma crise civilizatória. Um mundo cujos valores éticos são determinados pela reprodução ampliada do capital, determinístico e sem utopias.

Mas, quais as nossas dificuldades para propor formas de sociedade para além do capital? Questão essa que nos incomoda porque é sempre difícil lutar contra a corrente, como já dizia Lênin. Lutar contra uma correlação de forças no nível mundial onde a expansão e a reestruturação capitalistas restringem as iniciativas populares, inclusive as esperanças e as utopias; inibem os esforços de libertação; impõem um pensamento postiço, alheios a nós mesmos. Entretanto, apesar de tudo, não conseguem sufocar como desejariam as resistências sociais e as mais distintas formas de libertação.

A prática hegemônica da concepção capitalista de mundo realimenta a subalternidade das massas populares e estabelece os limites das motivações e mobilizações para as lutas mais gerais a favor de demandas sociais por direitos. Restringem as iniciativas populares à reivindicação e ao protesto, portanto, condenam as ações populares a permanecer apenas na resistência social perante as ofensivas dos inimigos. Isso significa limitar as nossas próprias ofensivas sociais como respostas às ofensivas políticas e ideológicas dos capitalistas.

As análises de conjuntura que em geral fazemos durante as reuniões dos movimentos sociais, em certas esferas da prática da academia e em alguns espaços político-sociais, são limitadas e por demais parciais. Dificultam, dessa maneira, o pensar e construir no longo prazo um ou vários cenários de transformações estruturais, de construção de utopias. Restringimos o discurso contra-hegemônico a pautas políticas reivindicatórias ou a um discurso de negociação. Acomodamo-nos ao silêncio consentido. Eu creio que é necessário romper com essa inércia ideológica que abala a autonomia social e, portanto, reafirma a inércia social e política.

Eu desejo, a guisa de exemplo, comentar sobre uma situação complexa que eu estou vivenciando e que se refere ao debate contemporâneo brasileiro sobre o campesinato.

Tem havido distintos espaços políticos onde se dialoga sobre o campesinato contemporâneo – evidentemente que não estou falando sobre o campesinato feudal ou dos camponeses que migraram para o Brasil no início do século XIX. Um campesinato que está presente em todas as regiões do país: 4,4 milhões de estabelecimentos rurais camponeses no Brasil, num total de 5,2 estabelecimentos (Censo IBGE 2006). No entanto esse camponês contemporâneo não é aceito por diversos setores da esquerda brasileira. Isso se deve a um processo político de tratamento de uma herança ideológica marxista nem sempre bem digerida

que transformou certas assertivas científicas de Marx e Lênin em profecias como aquela que se refere ao desaparecimento do campesinato nas sociedades capitalistas. Ora, se eu constato no Brasil a presença efetiva de 15 a 20 milhões de camponeses, o que eu lhes digo? --- Queridos e queridas, vocês deveram desaparecer como camponeses, tudo bem? Então, tentem migrar para as cidades ou se proletarizarem no campo no âmbito das empresas capitalistas, etc.

Além de uma postura altamente autoritária, o dizer para o outro se ele vai ou não existir, o camponês tende a permanecer num processo passivo sobre a expansão capitalista, supostamente por falta de alternativas de como proceder. Não se desenvolvem, assim, processos de lutas sociais da classe camponesa contra o capital. Nessa hipótese se tende a reproduzir sem contestações os postulados dominantes de centro-esquerda de desenvolver o capitalismo para criar uma contradição fundamental na unidade de produção capitalista no campo (burguesia agrária versus assalariados rurais), alijando as possibilidades efetivas de uma reforma agrária (criação de novos camponeses) e de socialização da empresa capitalista por diversas alternativas, entre elas a cooperação na produção entre camponeses.

Eu poderia apresentar vários pontos de vista como esse com relação ao campesinato. É minha opinião de que questões como essas são emblemáticas da concepção de mundo dominante e nos convida a refletir sobre a hegemonia do pensamento único liberal-burguês.

Há uma indiferença da maior parte da população com relação a esse capitalista arrogante, narcisista, explorador social e predador do meio ambiente. Um empresário rural que concebe a terra e os recursos naturais apenas como mercadoria e os explora como tal. Um empresário que concebe o rural a partir da grande empresa capitalista e da agroexportação, e predica sobre o que eu devo pensar e o que eu devo sentir sobre a relação homem-natureza. E poucos se antepõem, no sentido de massa, contra essa concepção de mundo.

Preocupado com essa indiferença perante a deterioração da relação homem-natureza que eu considere relevante conversar com vocês sobre a questão da subjetividade.

Percebo que tem havido uma perda sensível por parte da massa popular brasileira, dos seus intelectuais orgânicos, dos movimentos sociais populares, da maior parte da intelectualidade das universidades, a capacidade de pensar além do capital. Perdemos a capacidade de conceber utopias, de sugerir estratégias de mudanças sociais. Têm-se a impressão de que a ideologia dominante bloqueou a capacidade da massa popular de ousar nas suas proposições, de sugerir estratégias de mudanças sociais, de usufruir da esperança sobre o que queremos.

Sem dúvida que houve problemas efetivos em diversos países com a concretização do socialismo, mas as experiências efetivadas evidenciaram que é possível reduzir drasticamente as desigualdades sociais, a exploração econômica e a concentração da renda e da riqueza.

Limitados na ousadia ficamos à mercê dessa mesmice em que vivemos. Por isso essa dificuldade de lutar contra a corrente. Lutar contra uma correlação de forças em nível mundial, onde a expansão e a reestruturação capitalistas restringem as iniciativas de mudanças estruturais no Brasil, inclusive o florescer de novas esperanças e utopias.

Então, nós temos uma dificuldade imensa de romper com esse torpor político e de nos atrevermos a formular propostas de mudanças sociais no longo prazo.

Desejo acentuar que é necessário um enorme esforço para superar essa inércia e timidez ideológica que obstrui a formação de idéias e ações para a construção de uma nova sociedade no país.

Eu suponho que um dos objetivos desta exposição, da reflexão que estamos realizando aqui, é tentar retirar esse véu de alienação que cobre as perspectivas de uma utopia emancipatória e emancipadora, do tipo socialista.

Mas não existirão propostas socializantes sem homens e mulheres portadores de idéias e da prática de lutas sociais pela emancipação e libertação, tema esse que deixou de estar presente no nosso cotidiano.

Eu tomarei a liberdade de citar um longo parágrafo da obra de Frantz Fanon intitulada “Os condenados da terra”³, escrito como alerta e crítica aos intelectuais na Argélia, quando ainda os franceses eram seus colonizadores.

Ele dizia: “*A burguesia colonialista introduz a golpes de pilão o espírito colonizado, a idéia de uma sociedade de indivíduos em que cada um se encerra em sua subjetividade e em que a riqueza é o pensamento. Ora, o colonizado que tiver a sorte de se entranhar no povo durante a luta de libertação descobrirá a falsidade dessa teoria. As formas de organização de luta logo lhe propõem um vocabulário insólito. O irmão, a irmã, o camarada são palavras proscritas pela burguesia colonialista porque para ela meu irmão é meu bolso, meu camarada é minha comilança. O intelectual colonizado então assiste numa espécie de ato de fé a destruição de todos os seus ritos: o egoísmo, a recriminação orgulhosa, a imbecilidade infantil de quem quer que seja. Esse intelectual colonizado, agonizando pela cultura colonialista descobrirá igualmente a consistência das assembleias da aldeia, a densidade das condições do povo, a extraordinária fecundidade das reuniões de quarteirão e de sala. O interesse de cada um não cessa mais de ser o interesse de todos porque são todos descobertos pelos legionários e pela pressão e massacrados ou serão todos salvos. Neste contexto, o jeitinho, a forma de salvação está por vir.*”

É necessário se ter a coragem de assumir o compromisso de participar dos esforços sociais de libertação.

Vou contar um episódio que ocorreu comigo há muitos anos atrás. Eu tive uma reunião com um operário do ABC paulista, num determinado contexto político nacional. E ele,

³ Fanon, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

num determinado momento, assim se expressou: “*Horácio, companheiro! Não dá pra gente ser redondo! Tem que assumir um lado! E tenha certeza de que quando você assume um lado vai ter alguém do outro lado.*”

A questão que nos incomoda é que nós vivemos na sociedade do jeitinho e as pessoas não querem assumir um lado. E quando não temos um lado, nem sempre assumimos uma posição política e ideológica explícita, sem resvalar para o empirismo, e que seja a expressão de um desejo e de uma esperança que poderá se concretizar num futuro longínquo. Estaremos, então, numa fase ou perante uma oportunidade de construção de uma nova subjetividade, uma nova maneira de pensar, de outra concepção de mundo que negue a dominante, que nos dê força, vontade para transformar este mundo, apesar das imensas dificuldades nessa luta contra o modelo de sociedade que nos foi historicamente imposto.

Nessa perspectiva não deveríamos perder de vista as idéias divergentes entre nós com relação à ideologia dominante, mesmo que levemos em consideração que cada pessoa tem a sua própria idéia. Mas é indispensável um esforço para combiná-las de maneira que possamos constituir iniciativas contra-hegemônicas. Para tanto, há uma condição: é necessário, a cada tempo histórico, se articular essas divergências de idéias e buscar a unidade na ação como prática da negação da concepção de mundo hegemônico no sentido de uma se construir, ao mesmo tempo, na prática empírica e na prática da concepção política e ideológica uma práxis emancipatória.

Às vezes não é suficiente ser contra o capital particular (agronegócio, por exemplo) no sentido do agora. É indispensável, amplo senso, negar o capitalismo na sua totalidade.

Todavia, ainda que no nível das idéias gerais eu seja contrário ao modo de produção capitalista e à sua condição de dominante e hegemônico no âmbito da formação econômica e social brasileira, pouco contribuí para as lutas de emancipação política e social se afirmar simplesmente que essa situação atual “não tem remendo”.

Sem dúvida alguma que as mudanças sociais não se farão abruptamente nas sociedades contemporâneas em face de poder policial-militar e ideológico das classes dominantes. Daí a dificuldade de se combinar taticamente reformas localizadas e mudanças sociais estruturais. Não devemos esquecer de que as próprias classes dominantes fazem reformas parciais para contornar as pressões sociais contra as práticas do capital.

É relevante atentar, contudo, de que as ações populares objetivando mudanças estruturais se fazem num cotidiano onde o confronto das idéias hegemônicas e daquelas contra-hegemônicas ocorre num terreno econômico em que as massas populares são dependentes do capital. Por isso é necessário que sejamos portadores de concepções de mundo, de uma perspectiva de longa duração, no sentido de buscar a convergência da multiplicidade de

pensamentos tanto teóricos como práticos que negam a concepção de mundo hegemônico. Se eu sou um crítico da concepção de mundo dominante, eu tenho que negá-lo. Negar algo que me nega. Negação da negação. Mas aí eu preciso afirmar uma proposta estratégica, a superação da prática e da concepção de mundo dominantes.

Não deveremos temer ou nos envergonhar de possuímos esperanças e defendermos utopias de um mundo diferente e melhor do que esse mundo em que vivemos. De defendermos o socialismo. O que aspiramos, eu creio, é um novo caminho civilizatório, uma sociedade que é do bem viver. Uma meta a perseguir, um ideal a realizar.

O pensamento contemporâneo dos povos indígenas organizados das Américas, os povos originários, em particular os povos andinos, há mais de dez anos tem proposto novas ou renovadas concepções de mundo tais como a noção de bem viver ou Sumak Kawsay no Equador ou Sumakamana na Bolívia; a do Estado Plurinacional e Multicultural numa busca pela interculturalidade. Um Estado Plurinacional, anti colonial e portador de uma utopia emancipatória.

Essas idéias já foram incorporadas na Constituição da Bolívia e na do Equador. E questionam permanentemente a relação entre sociedade civil e Estado. E, mais, vem adotando um princípio na prática da gestão política que é o ‘mandar obedecendo’. Estão sugerindo para o debate com outros povos diversos caminhos emancipatórios.

Esses povos estão propondo e praticando expressões que nós já perdemos: a convivência comunitária, a igualdade social, a equidade, a reciprocidade, a solidariedade, a justiça para o bem comum, a paz, o cuidado humano, a integração com a natureza. E eles falam disso e praticam isso todo dia, durante todos os dias. Falam isso como prática e construção do mundo que eles estão tentando exercitar, negar o capitalismo, o colonialismo, a exploração. O que eles estão reincorporando para o debate é uma ética, é uma utopia no sentido positivo do termo, destinado à ação: uma ética coletiva e coletivizadora. Estão muito além da crítica com relação ao capitalismo e à modernidade enquanto projeto para uma sociedade. Eles estão construindo suas próprias sociedades a partir das suas reminiscências ancestrais e idéias atuais.

Boaventura de Sousa Santos sugere uma democracia de alta intensidade quando faz referência à irrupção dos movimentos sociais como parte consubstancial da democracia. Uma democracia de caráter popular.

O escritor português José Saramago indagou: será ainda possível uma insurreição dos saberes? Se nós estamos aspirando um novo caminho civilizatório, com um objetivo estratégico a perseguir ou um ideal a realizar, eu diria que nós precisamos romper continuamente com a

nossa subjetividade e reconstruí-la no cotidiano. Criar outro mundo possível sem perder essa relação entre o movimento do real e esse ideal presente no concreto pensado.

Sugeriria ir mais além do pensado a partir do real, ir em busca de um concreto imaginado. De maneira que a gente possa responder a Saramago: é possível ainda uma insurreição dos saberes? Eu diria que sim e talvez mais ainda. Precisamos de uma insurreição e descolonização dos saberes para que a gente possa realizar, cada um nos seus tempos culturais, uma insurreição das subjetividades.